



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade
Secretaria de Inovação e Micro e Pequenas Empresas
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

DECISÃO DE RECURSO

Recurso ao DREI nº 14022.159011/2022-75

Processo JUCESP nº 995156/22-0

Recorrente: Escolas Abertas

Recorrido: Escola Aberta Consultoria Educacional Ltda.

I. Colidência de nome empresarial. Não cabe ao DREI verificar a existência ou não de colidência entre nome empresarial e denominações registradas em outros órgãos de registro.

II. Recurso não conhecido.

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso ao DreI interposto pela associação sem fins lucrativos Escolas Abertas, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, que modificou o art. 35, § 2º, da Lei nº 8.934, de 1994, contra o arquivamento, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, dos atos constitutivos da sociedade Escola Aberta Consultoria Educacional Ltda.

2. A recorrente, interpôs recurso a esta instância superior, sob a alegação de que há semelhança entre sua denominação e o nome empresarial da recorrida, motivo pelo qual requereu a reconsideração e revisão da decisão que deferiu o arquivamento dos atos constitutivos da recorrida, para que seja declarado nulo.

3. Devidamente notificada, a empresa recorrida não apresentou contrarrazões (fl. 34 - SEI 24616420)

4. A seu turno os autos do processo foram remetidos à consideração deste Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

5. Considerando os termos do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que atribui competência a este Departamento para julgar o recurso previsto no art. 44, III, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa-se à análise.

FUNDAMENTAÇÃO

6. Objetiva o presente recurso analisar a existência de colidência, por semelhança, entre nome empresarial registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo e denominação de associação sem fins lucrativos.

7. Note-se que no caso em comento não se trata de alegação de colidência entre nomes empresariais registrados na Junta Comercial, de modo que não cabe nem a Junta e nem ao DREI se manifestar acerca das alegações, pois, nos termos do Decreto nº 1.800, de 1996, e do Código Civil, o **nome empresarial deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro**:

Decreto nº 1.800, de 1996

Art. 61. O arquivamento do instrumento de empresário individual, do ato constitutivo de sociedade empresária ou de alterações desses atos que impliquem mudança de nome automaticamente conferem proteção ao nome empresarial a cargo das Juntas Comerciais.

§ 1º **A proteção ao nome empresarial circunscreve-se à unidade federativa de jurisdição da Junta Comercial que procedeu ao arquivamento de que trata o caput deste artigo.** (Grifamos)

Código Civil

Art. 1.163. **O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.**

Parágrafo único. Se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga. (Grifamos)

8. Ademais, consta de forma expressa na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, que não cabe às Juntas Comerciais verificar a existência ou não de colidência entre nome empresarial e denominações registradas em outros órgãos de registro.

Art. 24. **Não cabe às Juntas Comerciais verificar a existência ou não de colidência entre nome empresarial e marca registrada ou entre nome empresarial e denominações registradas em outros órgãos de registro.** (Grifamos)

9. Assim, observamos que no campo de colidência de nome empresarial e denominações registradas em outros órgãos de registro, não cabe recurso à este Departamento, de modo que o presente recurso **não possui condições de conhecimento pelo DREI**.

CONCLUSÃO

10. Portanto, considerando os elementos de fato e de direito constantes deste processo, conclui-se pelo **NÃO CONHECIMENTO** do recurso, na medida que não há previsão de recurso para se debater a existência ou não de colidência entre nome empresarial e denominação registrada em outro órgão de registro, nos termos do art. 24 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020.

JEANE GONÇALVES FERREIRA BORGES

Assessora técnica

AMANDA MESQUITA SOUTO

Coordenadora- Geral

De acordo.

Adotando a fundamentação acima, e com base na competência que me foi atribuída pelo art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, NÃO CONHEÇO do Recurso ao DREI nº 14022.159011/2022-75, uma vez que, nos termos do art. 24 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020, não cabe recurso a fim de verificar a existência ou não de colidência entre nome empresarial e denominação registrada em outro órgão de registro, no caso em questão, em Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, por se tratar de uma associação sem fins lucrativos.

Oficie-se a Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que dê ciência às partes da presente decisão.

Publique-se.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Santa Cruz Ramos, Diretor(a)**, em 16/05/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Mesquita Souto, Coordenador(a)-Geral**, em 16/05/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeane Gonçalves Ferreira Borges, Assessor(a) Técnico(a)**, em 16/05/2022, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24660850** e o código CRC **D7706BCA**.